



## PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº , DE 2015

Inclui parágrafo único no art. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor que os crimes de lesões corporais leves e culposas praticados contra vítima menor de dezoito anos ou incapaz com quem o agente conviva ou tenha convivido, ou quando haja prevalência das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, estarão sujeitos a ação penal pública incondicionada.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei tem como objetivo dispor que os crimes de lesões corporais leves e culposas praticados contra vítima menor de dezoito anos ou incapaz com quem o agente conviva ou tenha convivido, ou quando haja prevalência das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, serão processados por meio de ação penal pública incondicionada.

**Art. 2º** O art. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 88**.....

Parágrafo único. A ação penal será pública incondicionada se os crimes descritos no *caput* forem praticados contra vítima menor de dezoito anos ou incapaz com quem o agente conviva ou tenha convivido, ou quando haja prevalência das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

O crime de lesões corporais (art. 129 do Código Penal), em regra, é processado por meio de ação pública incondicionada. Entretanto, por força do art. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, os crimes de lesões corporais leves e lesões culposas são sujeitos a ação pública condicionada à representação da vítima.

A representação da vítima é uma condição de procedibilidade para a ação penal pública, ou seja, sem ela, não poderá ser realizada investigação criminal e, muito menos, o Ministério Público poderá oferecer denúncia. Assim, cabe à vítima, segundo a sua conveniência, dar o aval para o início da persecução penal em face do autor do delito.

A razão para a necessidade de anuência da vítima decorre do que a doutrina convencionou a chamar de *strepitus iudicii* (escândalo provocado pelo ajuizamento da ação penal), protegendo-se a vítima de determinados crimes contra os efeitos deletérios que, eventualmente, possam vir a ser causados pela divulgação pública do fato.

Atualmente, tratando-se de ofendido menor de dezoito anos ou incapaz, a representação deverá ser oferecida pelo seu representante legal. Se houver conflito de interesses entre o menor (ou incapaz) e o seu representante legal, ou, ainda, se inexistente este último, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, deverá designar um curador especial ao ofendido.

Entretanto, na prática, em diversas situações, não é designado curador especial ao menor. Diante disso, quando são praticadas lesões corporais (leves ou culposas) em face de vítima menor (ou incapaz) e do sexo feminino, a persecução criminal é iniciada de ofício, com base na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2005 (Lei Maria da Penha), se o crime for praticado no âmbito doméstico e familiar. Por sua vez, quando a vítima é menor (ou incapaz) e do sexo masculino, a persecução criminal depende da iniciativa de seu representante legal, que, muitas vezes, não tem interesse no prosseguimento do feito, seja por motivo de foro íntimo ou porque é o próprio ofensor (e tal fato ainda não foi revelado às autoridades públicas, o que impede a designação do curador).





Assim, nessa hipótese, cria-se uma distinção injustificável, baseada apenas no sexo, para o início da persecução penal nos crimes de lesões corporais leves ou culposas nos quais a vítima é menor ou incapaz.

Finalmente, ressaltamos que os crimes praticados contra criança e adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), são todos processados por meio de ação pública incondicionada, conforme o art. 227 do referido diploma normativo, motivo pelo qual deve ser seguida a mesma orientação quando se tratar da prática dos crimes de lesão corporal leve ou culposa.

Feitas essas considerações, propomos, por meio do presente projeto de lei, que seja suprimida a necessidade de representação para o processamento das ações penais relativas aos crimes de lesões corporais e leves e culposas praticadas contra menores de dezoito anos ou incapazes com quem o agente conviva ou tenha convivido, ou quando haja prevalência das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

Sendo assim, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

**Senadora GLEISI HOFFMANN**



SF/15423.99943-04